

A REVOLUÇÃO FRANCESA

*“A partir deste momento, até aquele em que os inimigos sejam expulsos do território da República, todos os franceses são requisitados para o serviço das armas e transportarão suprimentos; as mulheres farão barracas e roupas e servirão em hospitais; as crianças transformarão panos velhos em ataduras; os velhos irão às praças públicas excitar a coragem dos guerreiros, pregar o ódio aos reis e proclamar a unidade da República”.*²¹

Conclamação da Convenção, em 1793

Na década de 1780, a França contava com cerca de vinte e cinco milhões de habitantes, divididos em três Estados ou Ordens. O Primeiro Estado era constituído pelo alto clero (bispos e abades, provenientes da nobreza) e pelo baixo clero (padres e vigários, oriundos das camadas populares), compreendendo por volta de 0,5 % da população; o Segundo Estado era formado pelas nobrezas de espada (pessoas nobres em virtude da origem familiar) e de toga (burgueses que compravam títulos nobiliárquicos), abrangendo aproximadamente 1,5% dos franceses; o Terceiro Estado reunia o restante da população (burgueses, camponeses e membros das camadas populares das cidades). O Primeiro e o Segundo Estados gozavam de diversos privilégios (isenção de impostos, doações, cargos públicos e pensões), enquanto sobre o Terceiro Estado recaíam os impostos e as contribuições.

O rei Luís XVI governava a França de forma absoluta, amparado pela teoria do “direito divino”. Apoiado pelo Primeiro e Segundo Estados, dava palavra final em questões executivas, legislativas e judiciárias. Isso ia contra os interesses da burguesia, detentora do poder econômico, que desejava ter participação política relevante.

No campo das ideias circulavam os pensamentos dos filósofos iluministas, relacionados à igualdade entre os homens, à tolerância religiosa, à liberdade de pensamento, à soberania popular, à divisão dos poderes, à justiça fiscal, à igualdade tributária e à liberdade econômica.

Nas esferas financeira e econômica, gastos excessivos da corte, a intervenção francesa na Guerra de Independência dos Estados Unidos e empréstimos no exterior levaram o tesouro real à bancarrota. Crises climáticas cíclicas arruinaram a agricultura, ocasionando escassez de alimentos e prejuízos para a indústria e o comércio.

Em suma, havia na França um ambiente propício para grandes turbulências político-sociais.

²¹ apud SANTOS, 1998, p. 189.

Luís XVI pensou em sanar parte dos problemas financeiros do reino cobrando impostos dos membros do Primeiro e Segundo Estados. Estes não aceitaram, e alguns nobres se rebelaram contra o rei. Para resolver o impasse, o monarca convocou a Assembleia dos Estados Gerais, órgão consultivo da Coroa, cujos integrantes, representando as três Ordens, deveriam discutir o aumento de tributos.

Os três Estados escolheram seus representantes em abril de 1789, em meio a agitações populares, nas quais se denunciavam as injustiças do regime vigente. A falta de alimentos, gerada pelas péssimas colheitas, contribuía para acirrar os ânimos.

Os representantes reuniram-se pela primeira vez em maio de 1789, surgindo imediatamente discordâncias. Os integrantes do Primeiro e do Segundo Estados, que tinham pontos de vista em grande parte coincidentes, desejavam que a votação fosse por Ordens (somariam dois votos contra um do Terceiro Estado); os membros do Terceiro Estado pleiteavam que todos os representantes de Ordem tivessem direito a um voto, pois desta forma esperavam, com o apoio de dissidentes de outros Estados, vencer as votações.

Após discussões estéreis, em junho de 1789, os membros do Terceiro Estado, argumentando serem os legítimos representantes da nação, se reuniram em separado, formando uma Assembleia Nacional. Atribuíram-se o direito de fiscalizar o rei e de estabelecer impostos. Luís XVI tentou acabar com a Assembleia do Terceiro Estado, mas os membros desta, contando com apoio popular e de tropas do exército amotinadas, mantiveram os seus trabalhos, agora também destinados a elaborar uma constituição para a França. Configurava-se, assim, o início de um processo revolucionário. O rei, temendo o descontrole total da situação, reconheceu a existência da nova Assembleia, ordenando, em seguida, que os representantes do Primeiro e Segundo Estados a ela se reunissem.

Em 09 de julho de 1789, as Ordens proclamaram a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Coagido, Luís XVI comprometeu-se a se tornar um monarca constitucional; na verdade, esperava ganhar tempo para articular uma reação.

Enquanto isso, em Paris aumentaram as tensões e o temor de que tropas ainda leais ao rei iniciassem operações para acabar com o movimento revolucionário que tomava forma. Para defender a Revolução que se formava, os membros da Assembleia forneceram armas ao povo e criaram uma organização militar-popular denominada Guarda Nacional.

Em 14 de julho de 1789, uma multidão assaltou a Bastilha, uma antiga fortaleza, transformada em prisão, que se tornara símbolo do poder real. Logo após, em todo o país, os camponeses atacaram as propriedades dos nobres e clérigos a quem estavam submetidos. Amedrontados, milhares de nobres procuraram refúgio em outros países.

Para acalmar o povo, a Assembleia se empenhou em aprovar duas medidas: o fim dos privilégios e das obrigações feudais e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que estabelecia a igualdade de todos perante a lei, a liberdade individual, o direito à resistência à opressão e a inviolabilidade da propriedade privada.

Em junho de 1791, Luís XVI, que conspirava secretamente com nobres emigrados, tentou fugir do país, mas acabou preso. A prisão do monarca inquietou os reis da Prússia e da Áustria, que, por meio da Declaração de Pillnitz, ameaçaram invadir a França se não fosse restabelecido o absolutismo.

No mês de setembro de 1791, foi promulgada a primeira constituição francesa, que estabelecia, entre outros pontos, uma monarquia constitucional, o voto censitário, a igualdade civil, a liberdade econômica e a divisão de poderes (o poder executivo seria exercido pelo rei, o legislativo por deputados e o judiciário por juízes).

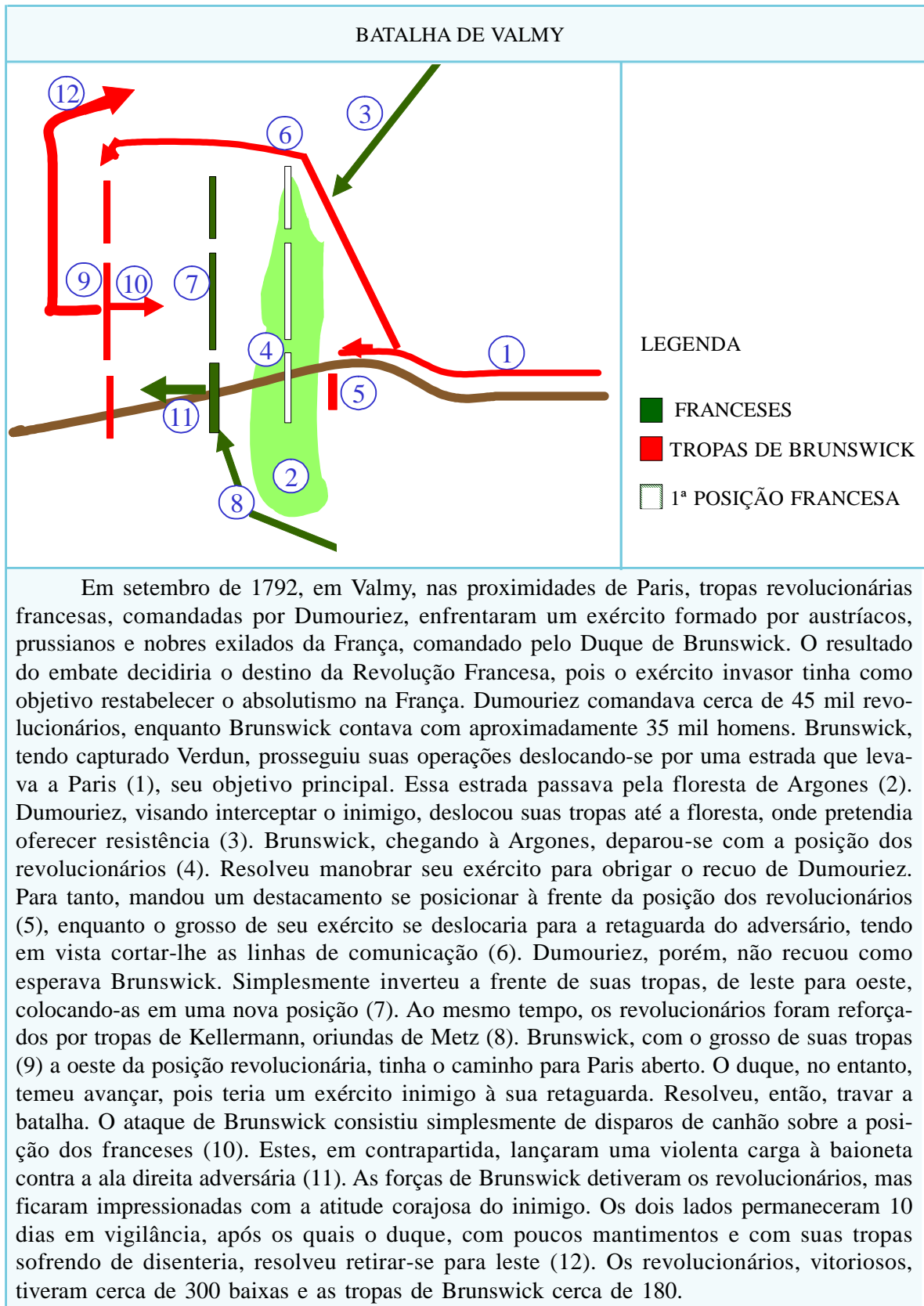
No ano de 1792, as ameaças externas à Revolução tomaram corpo. Em abril, Luís XVI, pressionado por parlamentares, declarou guerra à Áustria. Tropas francesas receberam a missão de realizar um ataque aos Países Baixos Austríacos, a fim de auxiliar uma rebelião que lá se iniciava contra a Áustria. Mal preparadas e equipadas, as forças francesas recuaram ao primeiro sinal de perigo.

Ainda em 1792, um exército, formado por prussianos, austríacos e nobres franceses emigrados, invadiu a França, movimentando-se em direção a Paris. Para resistir à investida inimiga, a Assembleia decretou emergência nacional e, às pressas, convocou um exército revolucionário. Na Batalha de Valmy, as forças revolucionárias repeliram os invasores.

Em face do clamor do povo, os integrantes da Assembleia, agora denominada Convenção, proclamaram a República (22 de setembro de 1792), iniciando a elaboração de uma nova constituição.

A TOMADA DA BASTILHA





Nos meses finais de 1792, as tensões ideológicas se acirraram na Convenção. Despontaram dois partidos principais: o dos jacobinos (representantes da pequena burguesia e das camadas populares, que almejavam reformas radicais) e o dos girondinos (representantes da alta burguesia, que queriam manter as conquistas revolucionárias e evitar uma participação popular excessiva). Os jacobinos, depois de receberem grande apoio popular, desalojaram do poder os girondinos, que até então dominavam a Convenção.

Em janeiro de 1793, Luís XVI, acusado de traição, foi guilhotinado. O regicídio repercutiu fortemente no exterior. Temia-se que os eventos ocorridos na França se espalhassem para outros países.

No mês seguinte, os líderes revolucionários declararam guerra à Inglaterra, à Espanha e a alguns Estados italianos. Os objetivos da guerra eram a propagação dos princípios revolucionários e a expansão das fronteiras da França até onde os revolucionários consideravam ser os “limites naturais” de sua nação (o Reno, os Alpes, os Pirineus).

Em março, surgiram sérios problemas para os revolucionários: na Vendéia, região situada a sudoeste da França, camponeses insuflados pelos ingleses, pelo clero e pela nobreza, iniciaram uma insurreição por não aceitarem a decretação do serviço militar obrigatório e, paralelamente, a Inglaterra, Áustria, Prússia, Espanha, Rússia, Holanda e Sardenha formavam uma coligação contra os revolucionários. As tropas revolucionárias destacadas para combater os coligados foram derrotadas nos primeiros confrontos.

Esse fato fez com que os líderes da Revolução organizassem o Comitê de Salvação Pública, cujos membros, jacobinos, foram investidos de poderes ditatoriais, a fim de combaterem os inimigos internos e externos da Revolução. Esse Comitê, por meio do Tribunal Revolucionário, destinado a julgar processos políticos, condenou à guilhotina milhares de pessoas, acusando-as de “inimigas da Revolução”. Ao mesmo tempo, foi decretado o alistamento em massa, que resultou na incorporação de cerca de seiscentos e cinquenta mil recrutas ao exército.

Finalmente, depois de uma repressão sangrenta pelas tropas revolucionárias na Vendéia, a rebelião foi debelada em 23 de dezembro de 1793. Seis dias depois, as tropas estrangeiras foram expulsas da França.

Na administração do líder jacobino Robespierre, intensificaram-se as perseguições aos que eram considerados contrarrevolucionários. Entre abril e julho de 1794, ocorreu o “Grande Terror”: cerca de duas mil pessoas foram condenadas à morte, suspeitas de serem reacionárias. Além disso, para manter-se no poder, Robespierre também condenou à guilhotina diversos líderes revolucionários que se opunham a sua política. Como a morte pairasse sobre os próprios integrantes da Convenção, estes, tendo os girondinos à frente, derrubaram Robespierre, levando-o, logo depois, à guilhotina.

Após a queda de Robespierre, os girondinos passaram a controlar o movimento revolucionário. Os jacobinos foram afastados e foi instituída uma nova constituição, em 1795. O Diretório, órgão constituído por cinco membros, passou a gerir o poder

executivo. Essa fase caracterizou-se pela extrema instabilidade política, com os diretores sucedendo-se por meio de golpes. Para complicar a situação, ocorriam em todo o país frequentes distúrbios e agitações provocadas por jacobinos e monarquistas.

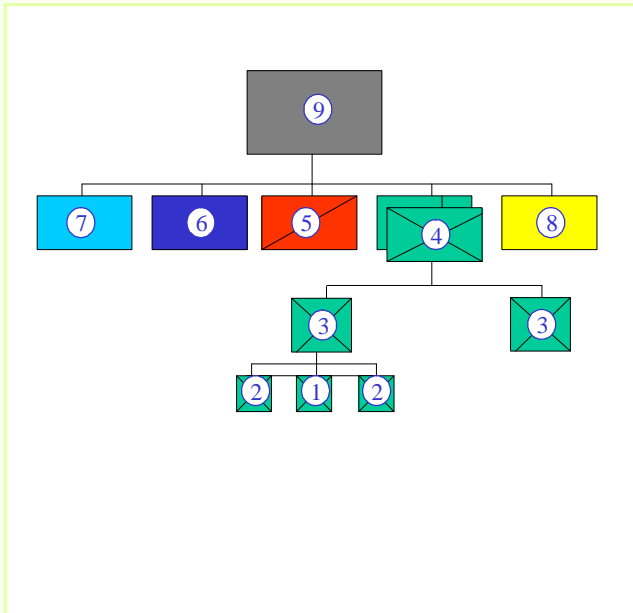
Os conflitos externos também continuaram. Em 1799, Inglaterra, Rússia, Áustria, Nápoles e Turquia formaram uma segunda coligação contra a França. A alta burguesia francesa, percebendo a incapacidade do Diretório em superar as continuadas crises, considerou que a França necessitava de um governo forte que conduzisse o país à normalidade. Um comandante militar, Napoleão Bonaparte, prestigiado por vencer os inimigos da França em diversas campanhas, passou a ser visto com o governante ideal. Em 1799, por meio de um golpe (18 do Brumário), o Diretório foi substituído pelo Consulado. O poder executivo seria doravante exercido por três cônsules. Napoleão, eleito 1º cônsul, passou de fato a dirigir os destinos da França.

O Exército que deu suporte à Revolução tomou forma ao longo do processo revolucionário. Foi muito influenciado pelo pensamento dos estrategistas militares franceses das últimas décadas do Antigo Regime, pelas ideias em voga durante a Revolução, pela estrutura do novo Estado e pelas necessidades, às vezes emergenciais, de os revolucionários rapidamente organizarem forças militares capazes de resistir às forças reacionárias internas e externas.

Logo nos primeiros momentos da Revolução, o Exército Real desmantelou-se. Os líderes revolucionários organizaram em Paris uma milícia cívica, a Guarda Nacional, para defender seus interesses. Esta, em poucas horas já contava com cerca de 12 mil membros. Porém a nação precisava ter um exército, que deveria ser constituído de acordo com os princípios revolucionários. Um primeiro problema estava relacionado ao recrutamento do contingente da nova força. Nessa esfera, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão continha dois postulados que se contradiziam: os homens nascem e são livres e iguais, e a soberania reside na nação, ou seja, por um lado não se podia obrigar os cidadãos a ingressar na força militar por serem livres, por outro, a nação tinha o direito de requisitar o serviço militar de seu povo, se isso se fizesse necessário. A solução encontrada foi estruturar um exército regular para ser empregado em caso de guerra, constituído por voluntários, e uma força miliciana, a Guarda Nacional, para segurança interna, à qual obrigatoriamente todos os cidadãos válidos deveriam se incorporar em caso de emergência.

A constituição de 1791 determinou a criação, em cada departamento (divisão administrativa da França), de batalhões de voluntários, que prestariam o serviço militar por um ano. Em 1792, em face da invasão do duque de Brunswick e de crises internas, os revolucionários fizeram apelos vibrantes para arregimentar voluntários que defendessem o novo regime. Entusiasmados, milhares de franceses alistaram-se no exército, que terminaria por expulsar o inimigo do solo francês. No ano seguinte, devido à primeira coligação contra a França e, também, em virtude do arrefecimento do fervor revolucionário,

A DIVISÃO REVOLUCIONÁRIA



A formação do exército revolucionário esbarrou na falta de soldados experientes. Existiam poucos batalhões compostos por soldados veteranos e muitos constituídos por voluntários ou requisitados, sem treinamento. A solução encontrada, consubstanciada na “Lei do Amálgama” (fevereiro de 1793), foi reunir em um novo tipo de unidade, a meia-brigada (3), um batalhão de veteranos (1) a dois de novatos (2). Dessa forma, os veteranos enquadrariam e instruiriam, de acordo com suas possibilidades, os novatos. A reunião de duas meia-brigadas dava origem à brigada (4). Estas, por sua vez, integravam a divisão (9). As divisões contavam com elementos de cavalaria (5), artilharia (6), engenharia (7) e logística (8), perfazendo um efetivo de cerca de sete mil homens. As divisões tinham capacidade de realizar operações de forma independente, mas, se fosse o caso, poderiam conjugar seus esforços em prol de um objetivo comum.

a Convenção baixou ordem para que se convocassem trezentos mil guardas nacionais. Logo depois decretou o “levantamento em massa”, pelo qual todos os cidadãos tinham o dever de prestar serviço militar à pátria. Finalmente, em 1798, o Parlamento aprovou a lei da conscrição, que estabelecia a obrigação do serviço militar a todos os cidadãos que tivessem idade entre 20 e 25 anos. Esta nova sistemática permitia a incorporação regular de cerca de duzentos mil homens por ano nas forças armadas francesas, que se juntariam aos voluntários de outras faixas etárias.

Outro problema dos revolucionários foi completar o quadro de oficiais. No Antigo Regime, a oficialidade era recrutada na nobreza, porém, com o advento da Revolução, muitos nobres abandonaram a França e seus postos no exército. Para suprir esses claros, as tropas passaram a eleger seus oficiais, escolhidos entre voluntários com certa experiência militar e suboficiais que serviram no Exército Real.

A substituição dos oficiais do Antigo Regime pelos revolucionários trouxe consequências positivas e negativas: alguns dos novos oficiais se mostraram ineptos para o comando, outros comandaram com grande entusiasmo, apresentando-se abertos a inovações doutrinárias (não se prendiam, se é que tinham conhecimento, aos processos de combate utilizados pelos exércitos absolutistas). A promoção, agora por mérito, contribuía para o arrojo dos oficiais, a maioria jovem.

Os revolucionários utilizavam equipamentos semelhantes aos empregados nas guerras da segunda metade do século XVIII. A infantaria usava o fuzil de pederneira

de 1777. A cavalaria, muito desorganizada pelo êxodo dos nobres, voltou a se estruturar a partir de 1794, passando a ser constituída por regimentos de dragões, hussardos e caçadores a cavalo; seus integrantes armavam-se com mosquetões de pederneira, lanças e sabres de lâmina larga. A artilharia era dotada de material do sistema Gribeauval. Havia uma grande diversificação de uniformes que normalmente levavam as cores da bandeira nacional adotada pela Revolução (azul, branco e vermelho). Devido à falta de recursos do governo revolucionário, muitos soldados combateram usando suas roupas civis e armamentos rudimentares.

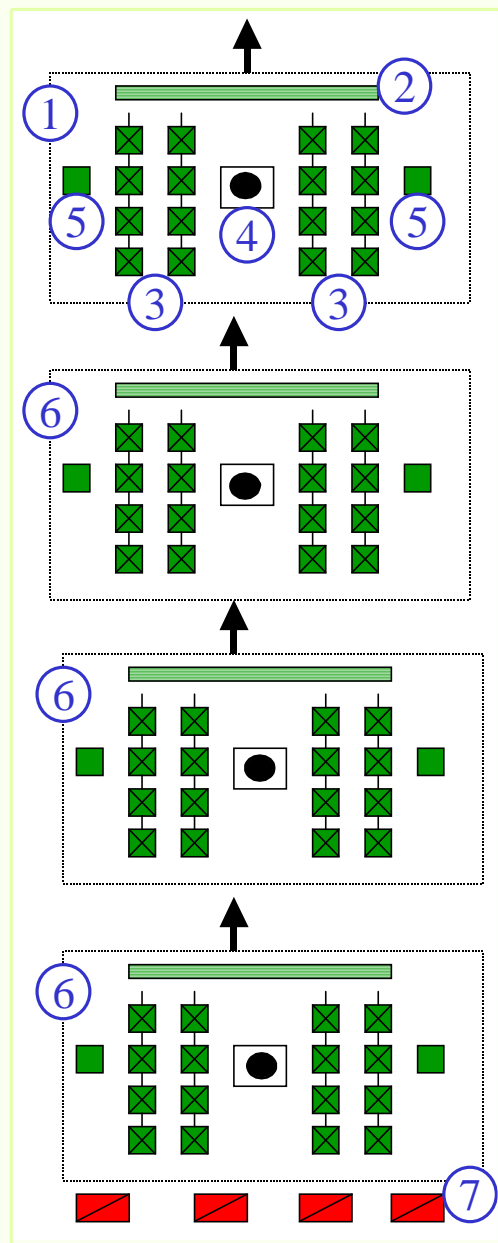
De modo geral, nas campanhas revolucionárias, os soldados franceses demonstraram elevado espírito de sacrifício e devotamento à pátria, o que foi determinante para a vitória final do novo regime. Essa força moral provinha dos novos ideais pelos quais o combatente francês lutava. Ele não mais lutava pelo rei (a quem estivera submetido), ou por promessas de pagamentos, e sim pela manutenção dos direitos civis e políticos que conquistara com a Revolução. No período do Diretório, porém, com a diminuição do ardor revolucionário e a consolidação do novo exército, os soldados tornaram-se profissionais, passando a servir também para obter seu sustento, por desejo de aventuras ou por afinidade a um líder que poderia conduzi-los a vitórias e glórias.

A instrução e a disciplina dos soldados, de modo geral, era muito deficientes. Nas situações emergenciais, as massas de voluntários ou requisitados foram para o combate após alguns dias ou algumas horas de instrução. Em virtude disso, apesar do fervor patriótico que demonstraram em vitórias decisivas, as tropas francesas estavam sempre propensas ao pânico e à fuga do campo de batalha, quando a situação parecesse sair do controle. A falta de instrução e de disciplina faziam com que os soldados também não se ajustassem aos processos de combate do Antigo Regime: infantaria em linha, fogo a comando e conversões complicadas. A solução foi o desenvolvimento de um processo de combate ofensivo mais simples, pelo qual se substituiu a ordem linear pela ordem mista, a ação somente pelo fogo e pela combinação do fogo e choque, o fogo a comando pelo fogo à vontade e as formações rígidas pelas flexíveis.

SOLDADO DA REVOLUÇÃO (1794)



FORMA USUAL DE EMPREGO DA ORDEM MISTA



Os revolucionários constataram que, dispendo suas tropas pouco instruídas somente em linha, não teriam chances de vencer as disciplinadas tropas inimigas, que adotavam esse mesmo dispositivo. Decidiram então empregar uma nova formação: a ordem mista, que conjugava o poder de fogo com o de choque. Por esse processo, em um ataque, poderia ser dada a seguinte disposição às unidades de uma divisão: uma meia-brigada em primeiro escalão (1), que colocaria um de seus batalhões em linha (2) e à retaguarda deste, os outros dois em colunas (3). A artilharia que apoiava a brigada era colocada entre os batalhões que estavam em colunas (4). Companhias de granadeiros (soldados selecionados, de elite) ou volteadores (homens rápidos que conduziam poucos equipamentos) eram destacadas para fazer a proteção dos flancos e da retaguarda da meia-brigada (5). Para possibilitar a continuidade de esforços, outras brigadas (6) seguiam a que estava no escalão vanguardeiro. Durante os deslocamentos, a cavalaria marchava à frente da divisão, para fazer a segurança; nas batalhas, inicialmente posicionava-se à retaguarda da divisão (7), ficando em condições de ser empregada em momentos decisivos.

Antes da batalha, eram lançados grupos de caçadores para realizar escaramuças; dispersos no terreno, disparavam sobre as maciças formações inimigas procurando desgastá-las. A artilharia e o batalhão que estava à frente e em linha iniciavam o combate lançando seus fogos sobre o inimigo. Em seguida, o batalhão em linha dava lugar aos que estavam em coluna, que realizavam um potente ataque para romper as fileiras adversárias utilizando-se da ação de choque. Para não ficarem muito tempo expostos ao fogo do inimigo durante o assalto, os revolucionários abandonaram a cadência usual de setenta passos por minuto pela de cento e vinte passos e pelo passo acelerado. Caso o poder de combate do primeiro escalão se esgotasse, lançava-se o segundo e assim por diante, visando-se derrotar o inimigo por esforços sucessivos. Além de tudo isso, o comandante do exército deveria dispor de uma reserva, que poderia ser de cavalaria, para empregar em momentos críticos ou quando um ponto fraco do inimigo se revelasse.

Os soldados passaram a aprender somente os movimentos básicos para formar dispositivos em linha (para o máximo uso do poder de fogo), em coluna (para ações de choque) e em quadrados (para defesa contra cargas de cavalaria). As mudanças de dispositivo eram feitas da forma mais rápida possível, sem os formalismos característicos de outros exércitos (marcha ordinária, alinhamentos geométricos, manutenção de distâncias e intervalos matemáticos).

As perdas dos revolucionários, devido ao pouco treinamento de suas tropas, foram muito mais elevadas do que as de seus inimigos, mas seus efetivos, muito superiores, compensavam as baixas.

A estratégia militar da Revolução foi elaborada por Carnot, encarregado da organização da defesa nacional. Preconizava que os generais conduzissem suas operações ofensivamente, com a máxima flexibilidade, rapidez e amplitude no tempo e no espaço, visando sempre à batalha decisiva e à destruição do inimigo. Isso se tornou viável porque os exércitos franceses passaram a sobreviver dos recursos que encontravam onde estacionavam e marchavam sobre as boas redes de estradas construídas na Europa centro-ocidental na segunda metade do século XVIII.

Viver dos recursos locais, por sinal, era uma necessidade vital dos exércitos revolucionários, pois seu governo não tinha condições financeiras para dotá-los dos meios necessários para uma campanha. O sistema divisionário contribuía para isso, pois unidades menores, estacionadas em diferentes pontos, tinham mais condições de tirar proveito dos recursos de determinada região sem exauri-los. Diminuíam-se, dessa forma, a necessidade de se ter uma rede de armazéns ou de se transportar suprimentos em vagarosos comboios. Em consequência, abandonava-se a ideia de se travar a guerra valendo-se de fortalezas, pois, agora, as tropas poderiam posicionar-se em locais que julgassem os mais adequados para uma campanha, ficando em condições de rapidamente intervir em outras regiões em caso de necessidade. O governo revolucionário procurou levar a guerra para outros países, fazendo com que estes arcassem com o peso da ocupação.

A artilharia do sistema Gribeauval, superior em potência e mobilidade à dos demais exércitos europeus, possibilitou às forças francesas a realização de movimentos retrógrados. Uma divisão ou um exército encarregado de uma ação retardadora escolhia posições fortes, travava o combate à distância forçando o inimigo a desdobrar-se no terreno e a perder tempo. Quando o inimigo estivesse desdobrado e pronto para atacar, as forças francesas recuavam e renovavam a manobra em outro ponto, até que o grosso das tropas pudesse articular-se para enfrentar o adversário.

A Revolução alterou profundamente a estrutura política e social da França, sendo pilar importante do liberalismo e das instituições democráticas. Posteriormente, os ideais dos revolucionários propagaram-se para outros locais onde a população julgava-se oprimida pelos seus governantes, inspirando guerras de libertação ou reformas. O aspecto determinante para a vitória revolucionária foi o fervor patriótico e nacionalista, advindo do “espírito revolucionário”. A partir da Revolução, tais valores se espalharam, motivando soldados de diferentes nações a combater com extrema tenacidade.

Napoleão Bonaparte herdou o aparato militar dos revolucionários, o qual aperfeiçoou e empregou magistralmente, acabando por se tornar senhor da Europa nos primeiros tempos do século XIX.